

# Política

## Substituir nem sempre é suceder

O ministro Leitão de Abreu cumpriu ontem, com a solenidade de suas funções, o dever protocolar de comunicar ao Congresso Nacional o impedimento do presidente da República por motivos de saúde. A rápida visita cumprida pelo chefe do Gabinete Civil teve profundo significado político e mostrou respeito ao texto constitucional, atitude rara neste país nos últimos anos.

O ministro Leitão de Abreu, que levou em mãos o Aviso nº 594 ao presidente do Senado, Jarbas Passarinho, trocou poucas palavras com os parlamentares. Lamentou a doença do presidente da República, mas ressaltou a necessidade de manter o Congresso Nacional informado sobre o assunto. Pouco antes, no gabinete do presidente do Senado Federal, o presidente da Câmara, deputado Nelson Marchezan, acertou com as lideranças partidárias que o documento não seria objeto de exame no Congresso. As duas casas legislativas simplesmente tomariam conhecimento do assunto. Sem discussões.

Assim foi feito para espanto dos observadores. Às 16h15min., o presidente do Senado, instalou a sessão extraordinária do Congresso Nacional, leu a mensagem que o chefe do Gabinete Civil havia lhe entregue e ouviu seis discursos dos líderes de diversos partidos. Airton Soares, do Partido dos Trabalhadores, levantou uma questão pertinente: se o vice-presidente somente assumirá seu posto amanhã, até lá estaria o país sem governo?

Ao final da sessão que durou cinquenta minutos, Passarinho revelou sua interpretação, a de que o vice-presidente substitui, automaticamente, o presidente nos casos de impedimento nos termos do artigo 77 da Constituição Federal. Por esta razão, mesmo sem tomar posse, Aureliano Chaves é desde o momento do impedimento do presidente Figueiredo, o presidente de direito do Brasil. A posse de amanhã apenas concederá solenidade aquilo já decidido.

Os fatos políticos estão acontecendo de maneira muito clara, pode-se dizer até surpreendentemente clara para um país que acostumou-se à rotina dos pronunciamentos. Esta rotina é tão perceptível que o ministro Walter Pires veio a público lembrar que a tradição brasileira de que os vices não assumem à presidência precisa ser rompida. O ministro do Exército significativamente referiu-se a uma tradição, que, agora, parece estar em vias de ser extinta.

A posse do vice-presidente Aureliano Chaves abre um novo ciclo dentro do governo Figueiredo que vem se caracterizando pela sucessão de crises internas. A reciclagem de mais da metade do Ministério, os sucessivos problemas econômicos, a defecção de Golbery do Couto e Silva e agora o enfarte demonstram que o governo está submetido à tensão muito forte.

Aureliano Chaves é homem de personalidade, que realizou em Minas Gerais um governo de estilo desenvolvimentista, quando pontificou o então secretário da Fazenda, Camilo Panna. Bom político, deixou amigos na Câmara dos Deputados local em que exerceu vários postos inclusive o de presidente da Comissão de Minas e Energia. Nestes poucos momentos compreendidos entre o impedimento e a posse, Aureliano Chaves mostrou, porém, a virtude de cautela. Ele disse não querer açodamentos e demora a sentar-se na cadeira presidencial.

São cautelas explicáveis para quem não tem qualquer possibilidade de prever o desenrolar dos acontecimentos políticos brasileiros. Nem o novo presidente da República, nem qualquer pessoa neste país — mesmo porque o general João Figueiredo passa pelo difícil momento de recuperação que quando se completar o colocará novamente no gabinete do terceiro andar do Palácio do Planalto.

As cautelas têm origem na distinção entre substituir e suceder. Os mineiros que costumam ser manhosos no trato da política conhecem bastante bem a distinção entre os dois verbos e, no momento, Aureliano Chaves substitui o presidente Figueiredo. E o faz com tais cautelas que não se apressou em tomar posse. O governo Figueiredo continuará a existir de maneira peculiar. Sem Figueiredo.

É impossível projetar esta idéia por prazo muito longo. Disto sabem tanto os assessores do vice-presidente quanto os do presidente da República. Mas nos dois ou três meses em que durar o impedimento do presidente Figueiredo a situação será extremamente difícil para quem exerce o governo em nome de outro, e para quem pertence à equipe do presidente acamado sendo chefiado por pessoa com a qual não comunga dos mesmos ideais. É uma situação complexa sem paralelo na história recente do país.

**André Gustavo Stumpf**